



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA
"Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária"



MEDIDA PROVISÓRIA Nº 231/2015

Define o reajuste para o servidor público estadual do Poder Executivo e dá outras providências.

AUTOR: Governador do Estado – Ricardo Coutinho.
RELATOR(A): Gervásio Maia

P A R E C E R Nº 05 /2015

I - RELATÓRIO

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária recebe para exame e parecer a Mensagem nº 002, de 02 de fevereiro de 2015 (**Medida Provisória nº 231/2015**), da lavra do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado, Ricardo Vieira Coutinho, a qual "*Define o reajuste para o servidor público estadual do Poder Executivo e dá outras providências*".

A matéria constou no Expediente da Sessão Ordinária do dia 24 de fevereiro do corrente ano.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

"Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária"



II - VOTO DO RELATOR

A Medida Provisória em exame, de iniciativa do Governador do Estado, define o reajuste, em 1% (um por cento), para o servidor público estadual estatutário ocupante de cargo ou emprego público de provimento efetivo, para os estáveis por força do art. 19 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias da Constituição Federal e aos soldos dos servidores militares, em cumprimento à data-base dos servidores públicos estaduais, estipulada para o dia 1º de janeiro de cada ano.

Na Comissão de Constituição, Justiça e Redação – CCJR, a Medida Provisória em análise mereceu parecer pela **CONSTITUCIONALIDADE E JURIDICIDADE, na sua forma original.**

Do ponto de vista financeiro e orçamentário, aspectos que competem a esta Comissão analisar, após uma análise detalhada deste projeto, vislumbra-se o preenchimento dos requisitos contidos na Carta Magna, como as exigências previstas no art. 169, *caput* e § 1º, bem como se observa que foram atendidos os aspectos legais da Lei nº 4.320/64, que estatui Normas Gerais de Direito Financeiro para elaboração e controle dos orçamentos e balanços da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal, e as normas previstas na Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000), no Capítulo IV Da Despesa Pública Seção II Das Despesas com Pessoal.

Diante do exposto, compreendo que a propositura é adequada e compatível com a legislação orçamentária, inexistindo, ademais, implicações de ordem financeira que venha obstaculizar a sua regular tramitação.

No mérito, a matéria se mostra oportuna e pertinente. Esclarece o Chefe do Poder Executivo que, em razão do momento atual de retração econômica no país, o reajuste realizado foi dentro do possível para não comprometer as finanças do Estado.

Assim sendo, opino pela **APROVAÇÃO da Medida Provisória nº 231/2015**, na sua forma original.

É o voto.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2015.

DEP. GERVÁSIO MAIA
Relator(a)



ESTADO DA PARAÍBA
ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA

"Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária"



III - PARECER DA COMISSÃO

A Comissão de Acompanhamento e Controle da Execução Orçamentária, em sintonia com o Voto do(a) Senhor(a) Relator(a), opina pela **APROVAÇÃO da Medida Provisória nº 231/2015**, na sua forma original.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 13 de abril de 2015.

Apreciada Pela Comissão
No Dia 13/04/15


DEP. EDMILSON SOARES
Presidente


DEP. FREI ANASTÁCIO
Membro

DEP. BUBA GERMANO
Membro


DEP. JOAO BOSCO
Membro


DEP. GERVÁSIO MAIA
Membro

DEP. TOVAR CORREIA LIMA
Membro

DEP. BRUNO CUNHA LIMA
Membro